



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ATA NÚMERO 217/XII/4.^a SL

06.novembro.2014 – 11h30

Aos 06 dias do mês de novembro de 2014, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audiência ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos - CCISP

2. [Petição n.º 439/XII/4.^a](#), da iniciativa de Raul Peixoto, que Solicitam uma intervenção de conservação, reparação e restauro da Igreja de Santa Cristina de Serzedelo, em Guimarães

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado relator: PSD**

4. **Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** sobre a posição a tomar em nome da União Europeia no que respeita à elaboração de uma lista de 15 árbitros para o Protocolo relativo à Cooperação no domínio da Cultura no âmbito do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro - [COM \(2014\) 543](#)

- **Proposta de não escrutínio da iniciativa** - Michael Seufert - **CDS-PP**

5. Outros Assuntos

6. Data da próxima reunião

6.nov.2014 - 16h00 - Audição do Ministro da Educação e Ciência

1. Audiência ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos - CCISP

A delegação do Conselho Coordenador era constituída pelos Professores Doutores Joaquim Mourato (Presidente do Conselho, pertencente ao Instituto Politécnico de Portalegre), Carlos Maia (Instituto Politécnico de Castelo Branco), Vicente Ferreira (Instituto Politécnico de Lisboa) e Fernando Sebastião (Instituto Politécnico de Viseu).

O Presidente do CCISP entregou um dossiê com as matérias que pretendiam equacionar, sendo 4 do âmbito do Orçamento do Estado para 2015 e uma sobre o balanço das colocações 2014/2015, o qual se encontra disponível na [página internet da Comissão](#).

Desenvolvendo as matérias, indicou o seguinte:

1. Orçamento do Estado

1.1. Comissões extraordinárias de serviço

Os Institutos Superiores Politécnicos não têm quadro de pessoal, pelo que os funcionários de outras instituições exercem funções nos mesmos em comissão de serviço, situação anualmente prevista no Orçamento do Estado e que este ano não está contemplada.

Defendeu que a não previsão dessa norma obrigará esse pessoal a regressar aos seus serviços de origem e criará muitas dificuldades aos Institutos, tendo referido que, por exemplo, no caso da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, pode paralisar o seu funcionamento.

Nessa sequência, apresentou uma proposta de alteração a incluir no Orçamento do Estado, para resolver a situação em definitivo.

1.2. Limite de massa salarial previsto no n.º 1 do artigo 56.º da Proposta de Lei do Orçamento do Estado

Referiu que as exceções previstas não cobrem as situações de aplicação do regime transitório de docentes, previsto na alteração do Estatuto da Carreira e bem assim as contratações de docentes que seja necessário fazer para assegurar a ministração dos cursos técnicos superiores profissionais.

Assim, apresentou uma proposta de alteração do artigo 56.º, com a criação de uma alínea que exceção as duas situações.

1.3. Montante a afetar às instituições decorrente da decisão do Tribunal Constitucional

A massa salarial para 2015 foi apurada com base no montante salarial de maio de 2014 e a decisão do Tribunal Constitucional alterou esses valores, pelo que pediu que as diferenças já apuradas pelo Ministério, que se sabe serem cerca de 20.000.000€ para as instituições politécnicas, sejam transferidas para as mesmas até ao final de dezembro de 2014 e não em 2015, por não se tratar de um reforço de verbas.

1.4. Financiamento do ensino superior

Propôs ainda uma reflexão alargada sobre a alteração do modelo de financiamento do ensino superior, com inclusão também da ação social e do investimento e manutenção de edifícios e equipamentos.

2. Balanço das colocações 2014/2015

Informou que as instituições politécnicas, após a realização dos vários concursos, preencheram 100% das vagas, registando algumas variações, com maior preenchimento no litoral.

Alertou ainda para uma quebra grande na procura dos cursos de engenharia.

Interveio depois o Deputado Duarte Marques (PSD), referindo que vão fazer uma melhor análise dos pontos 1.1. e 1.2. e equacionar as propostas de alteração apresentadas. Indicou depois que os cortes nos Institutos Superiores Politécnicos são de 1% e o Ministério responderá aos pedidos de apoio financeiro, nomeadamente para salários.

Por último, congratulou-se com a taxa de colocações nas instituições politécnicas e realçou a importância de as pessoas fazerem uma licenciatura, embora com uma oferta de cursos ajustada às necessidades do mercado, salientando que os estudos existentes demonstram que esse grau académico permite mais empregabilidade e maior capacidade e remuneração.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Deputado Rui Pedro Duarte (PS) referiu que o PS tem insistido com o Governo pelo cumprimento das decisões do Tribunal Constitucional e pelas obrigações políticas, nomeadamente as equacionadas nos pontos 1.1. e 1.2.

Realçou que se verificam cortes no ensino politécnico de 10.000.000€ e que o Governo regista um *deficit* no cumprimento dos compromissos assumidos em relação aos Institutos Superiores Politécnicos. Por último, salientou que o Programa Retomar é contrário às indicações do Governo de que não há abandono escolar por falta de condições económicas.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu as questões do regime transitório do Estatuto da Carreira Docente e informou que tinham vindo a aceitar a exceção para esse caso. Quanto às comissões de serviço, indicou que era uma questão nova, que iria analisar.

Agradeceu a informação sobre as colocações, que considerou muito importante e informou que a revisão do regime de financiamento do ensino superior está em análise. Por último, realçou que o ensino superior tem de responder ao interesse dos destinatários e olhar para a diminuição da taxa de natalidade.

A Deputada Rita Rato (PCP) salientou que o CCISP pede que se cumpra a lei, lamentando a situação. Realçou que o Orçamento do Estado para 2015 inclui uma desvalorização do ensino superior público e das instituições superiores politécnicas, realçando o subfinanciamento crónico das instituições de ensino superior, que praticamente só permite cobrir as despesas com vencimentos.

Referiu que a ação social escolar é muito limitativa. Indicou que o PCP tem apresentado propostas para a alteração da forma de financiamento do ensino superior, as quais têm sido sempre rejeitadas. Pediu depois clarificação sobre se estavam em causa 20.000.000€ só para cumprimento do Acórdão do Tribunal Constitucional e 14.000.000 € para aplicação do regime transitório dos docentes. Por último, perguntou se a verba para descontos para a Caixa Geral de Aposentações já tinha sido integralmente transferida.

Na sequência das questões e observações dos Deputados, os representantes do CCISP indicaram que a comissão de serviço extraordinária não implica aumento da despesa das instituições politécnicas e, em contrapartida, o regresso desse pessoal aos serviços de origem, pode exigir que as instituições politécnicas tenham de contratar mais pessoal.

Indicaram que há cada vez mais estudantes no ensino superior politécnico e referiram a dificuldade de cumprimento do ensino superior profissional. Em relação ao regime transitório dos docentes, referiram que a verba a pagar pelas instituições politécnicas é de 14.000.000€, se todos os docentes concluírem o doutoramento.

Mencionaram que 20.000.000€ eram as estimativas da massa salarial para os Institutos Superiores Politécnicos, indicando que sabiam que o Governo iria cumprir esse compromisso a partir de janeiro e tendo pedido que esse montante fosse transferido o mais cedo possível.

Quanto aos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social, indicaram que a parcela das entidades passou a ser paga por estas a partir de 2006, mencionando que esse valor mais a redução de verbas, originou uma redução de 50% do investimento.

Manifestaram depois a opinião de que Portugal não tem licenciados a mais. Por último, realçaram a diminuição de alunos na área de engenharia, alertando para os efeitos que terá no desenvolvimento tecnológico do país e informaram que o problema surgiu em 2008, com a exigência de provas obrigatórias das áreas de Matemática e de Física e Química para o ingresso nos cursos de Engenharia, com exceção da Engenharia Informática (veja-se a [Portaria 1031/2009, de 10 de setembro](#)), tendo



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

informado que o MIT, Instituto de Tecnologia de Massachusetts, exige para ingresso nos cursos de engenharia as disciplinas de Matemática e Inglês.

A documentação da audiência encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

2. [Petição n.º 439/XII/4.^a](#), da iniciativa de Raul Peixoto, que Solicitam uma intervenção de conservação, reparação e restauro da Igreja de Santa Cristina de Serzedelo, em Guimarães

Tendo presente a nota de admissibilidade, foi deliberado admitir a [Petição n.º 439/XII/4.^a](#) e solicitar pronúncia sobre a mesma às entidades propostas.

Foi ainda indicado que será relator da mesma o Deputado Isidro Araújo (PSD).

3. Proposta de DECISÃO DO CONSELHO sobre a posição a tomar em nome da União Europeia no que respeita à elaboração de uma lista de 15 árbitros para o Protocolo relativo à Cooperação no domínio da Cultura no âmbito do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro - [COM \(2014\) 543](#)

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP), relator da iniciativa europeia [COM \(2014\) 543](#), propôs que não se realizasse o escrutínio desta iniciativa, não se apreciando o parecer que anteriormente tinha remetido, por entender que não se registava nenhuma mais-valia no escrutínio. A proposta mereceu o consenso da Comissão.

4. Outros Assuntos

O Presidente da Comissão lembrou que teria lugar no dia 11 de novembro, no Edifício Novo, das 9h30 às 17h, a mostra e debate sobre o ensino profissional agrícola, em que estavam previstas intervenções dos representantes dos Grupos Parlamentares às 15h45, solicitando a indicação dos Deputados que assegurariam essas intervenções e pedindo a participação de todos, bem como dos Deputados da Comissão de Agricultura e Mar.

5. Data da próxima reunião

6.nov.2014 - 16h00 - Audição do Ministro da Educação e Ciência

A reunião foi encerrada às 12:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 de novembro de 2014

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
João Prata

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais
Heloísa Apolónia
Inês de Medeiros
Luís Fazenda
Nilza de Sena
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: